



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA DEUSAMAR DA SILVA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA
RODOLFO SANTA CRUZ.**

**MONTEIRO-PB
2014**

MARIA DEUSAMAR DA SILVA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA
RODOLFO SANTA CRUZ.**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em *Fundamentos da educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. José Marciano Monteiro

MONTEIRO-PB

2014

A663e Araujo, Maria Deusamar da Silva
Educação do campo e suas práticas pedagógicas na Escola
Rodolfo Santa Cruz [manuscrito] : / Maria Deusamar da Silva
Araujo. - 2014.
40 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ma. José Marciano Monteiro,
Departamento de PROEAD".

1. Educação infantil. 2. Práticas pedagógicas. 3. Educação
libertadora. I. Título.

21. ed. CDD 372.24

MARIA DEUSAMAR DA SILVA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA
RODOLFO SANTA CRUZ.**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares como requisito parcial para a obtenção do título de especializado em Fundamentos da educação.

BANCA EXAMINADORA


Orientador
Prof.Ms. José Marciano Monteiro (CDSA/UFCG)

Nota (_____)


Examinador 01
Prof.Ms. Grygena dos Santos Targino Rodrigues

Nota (_____)


Examinador 02
Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida

Nota (_____)

Nota Final (Média)

Nota (_____)

Aprovada em _____ de _____ de 2014.

Dedico a Deus, meu fiel protetor e a meus pais, Manoel Raimundo da Silva e Maria José Gonçalves e ao meu esposo João Pedro de Araújo que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida, com amor, com incentivo e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a Deus por me proteger nos momentos difíceis, me dar força para superar as dificuldades, por atender a todas as dificuldades, por atender a todas as minhas necessidades, por sempre ter me ajudado a superar meus limites. Obrigada Deus, pela minha vida pela minha saúde, pela minha família, pela paz e por tudo que o senhor vem proporcionando ao longo da minha vida.

A minha querida mãe, Maria José Gonçalves (em memória) pelo amor, carinho, confiança e dedicação que sempre me deu. Ao meu pai Manoel Raimundo da Silva e meus irmãos José Valmar, Vilma e Rosimar, pelo incentivo em todos os momentos.

Aos meus avós maternos e paternos todos (em memória). A tia Romilda e tio Heleno, os quais me ajudaram nos momentos mais difíceis dos meus estudos.

Aos meus queridos filhos, Janio da Silva Araújo e Daiane da Silva Araújo, aos meus netos João Pedro e José Victor e a minha nora Danuta, os quais os amo muito, agradeço pelo carinho, paciência e incentivo.

Ao meu professor e mestre amigo e orientador, José marciano Monteiro, por sua compreensão nos momentos mais críticos, por acreditar no futuro deste projeto e contribuir para o meu crescimento nesta minha trajetória pessoal e profissional. Sua participação foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas do curso de especialização em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares que conviveram comigo ao longo desse ano e foram verdadeiros companheiros. E também a todos os professores que de forma diferenciada, contribuíram bastante para esta especialização. Enfim agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram e participaram dessa minha caminhada. Obrigada a todos.

RESUMO

Este trabalho teve como foco identificar as práticas pedagógicas em Educação do Campo que acontece no Âmbito da Escola Rodolfo Santa Cruz. A educação é um direito para todos, é uma responsabilidade social, e que os governantes devem defender a escola básica, pública e gratuita, porque a escola é um espaço privilegiado para observar a capacidade do ser humano e para exercer sua cidadania. O Movimento da Educação do Campo traz a questão do abandono nas quais sofreram e sofrem as escolas rurais. Os movimentos sociais não se limitam apenas a luta pela terra, mas também buscam políticas públicas por uma educação do campo sendo vista como importante nessa luta. A Educação do campo exige que seja pensada e trabalhada com base na tríade Campo – Políticas públicas – Educações. Muitas vezes esses termos não caminham juntos, mas que representa a novidade histórica que é a educação. Discute-se educação popular, educação libertadora e educação do campo, nas quais todas permitem a avaliar as praticas pedagógicas que permeiam a educação desde muitos anos. E são essas práticas que a escola Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Rodolfo Santa Cruz, vem mostrar. A escola em termos pedagógicos conta com um diferencial na qual a professora, que lá atua desempenha um importante papel na educação dos alunos levando-os a ter conhecimento para além da sala de aula dos conteúdos programáticos incluem na sua prática pedagógica aulas que levamos os alunos a conhecerem o ambiente em que vivem e o meio que os rodeiam.

Palavras-chaves: Educação do campo, práticas pedagógicas, educação Libertadora.

ABSTRACT

This work focused on identifying pedagogical practices in Rural Education happens in the framework of the School Rodolfo Santa Cruz. Education is a right for all, is a social responsibility, and that governments should uphold the basic, free public school, because the school is an ideal place to observe the ability of human beings and to exercise their citizenship. The Movement of Rural Education brings the issue of abandonment in which sufferers have suffered and rural schools. Social movements are not confined to the struggle for land, but also seek public policies by a field education being seen as important in this fight. The Education of the field required to be designed and crafted based on the triad Field - Public policy - Educations. Often these terms do not go together, but that is the historical novelty that is education. It discusses popular education, liberating education and rural education, on which all allow to evaluate the pedagogical practices that permeate education since many years. And it is these practices that the Municipal Unit of Child and Primary Education Teaching Rodolfo Santa Cruz school, goes to show. The school in pedagogical terms has a differential in which the teacher, who works there plays an important role in educating the students leading them to have knowledge beyond the lecture room of the syllabus include in their teaching lessons that take students know the environment they live in medium surrounding them.

Keywords: education field, teaching practices, liberating education.

LISTA DE SIGLAS

CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB: Lei das Diretrizes Básicas e Bases da Educação.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST: Movimento Sem Terra.

MSTTR: Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

PADRSS: Projeto Alternativo de desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

PROCAMPO: Programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo.

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

SECAD: Secretaria da Administração

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLITICA.....	12
2.1. Educação do Campo e Movimentos Sociais.....	12
2.2. Educação do campo e luta pela Terra.....	15
2.3. Educação do Campo; Um Novo Paradigma?.....	15
3. EDUCAÇÃO DO CAMPO E PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	19
3.1. Educação do Campo e Ensino Contextualizado.....	19
3.2. Pedagogia libertadora: Quando o aprendiz é Sujeito do Conhecimento.....	21
3.3. Pedagogia da Alternância: quando a Aprendizagem Necessita do Saber Comunitário.....	23
4. EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PRÁTICAS PEDAGOGICAS NA ESCOLA RODOLFO SANTA CRUZ.....	25
4.1. Histórico e Perfil da Escola Rodolfo Santa Cruz.....	25
4.2. Práticas Pedagógicas e Processo de Ensino.....	32
4.3. Desafios à Contextualização no Espaço Estudado.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6. REFERÊNCIAS.....	37

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como foco identificar as práticas pedagógicas em Educação do Campo que acontece no Âmbito da Escola Rodolfo Santa Cruz e sua importância para os que dela participam e que tem o campo como um espaço de vida, sendo direito de esses sujeitos serem educados a partir de suas realidades. Educação do Campo é um conceito novo, não fechado surgido após muitos movimentos sociais que ocorreram no decorrer da história do Brasil.

Com essa pesquisa pretendeu-se investigar as práticas pedagógicas em Educação do campo e sua importância da Escola Rodolfo Santa Cruz., como se dá estas práticas? Em qual ambiente? Que parcerias contribuem para que essas práticas aconteçam? Teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas em Educação do Campo e sua importância da Escola Rodolfo Santa Cruz, delinear o perfil da Escola, estudar as práticas pedagógicas em Educação do campo da escola e ampliar os conhecimentos sobre as práticas pedagógicas existente na Educação do Campo na Escola Rodolfo Santa Cruz.

A discussão deste trabalho está baseada em três eixos o que é a inserção da Educação do campo na agenda política, Educação do Campo e Processo de Ensino e Aprendizagem e Educação do Campo e suas Práticas Pedagógicas na Escola Rodolfo Santa Cruz. tema amplo, mas aqui também trataremos das práticas pedagógicas relacionada a educação do campo, mas especificamente das práticas em educação do campo aderida nesta escola. A educação como um direito para todos é responsabilidade social, na qual os governantes devem defender a escola básica, pública e gratuita, pois a escola é um espaço privilegiado para observar a capacidade do ser humano e para exercer sua cidadania.

Para essa luta de direito a educação para todos entraram em vigor os movimentos populares e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública, e todas as esferas de ensino público tendo como referência a constituição de 1988 e a LDB, que legalizou a educação no campo como um direito social.

O Movimento da Educação do Campo traz a questão do abandono nas quais sofreram e sofrem as escolas rurais. Em busca de melhores condições de vida, principalmente uma educação diferenciada, que surgem dos movimentos sociais estes que reivindicam para políticas públicas que insiram uma educação pensada nos sujeitos do campo, e no campo, com objetivo de transformação dos sujeitos, proporcionando uma melhor qualidade de vida adaptando assim o camponês viver bem em seu ambiente.

Os movimentos sociais não se limitam apenas a luta pela terra, mas também buscam políticas públicas por uma educação do campo sendo vista como importante nessa luta.

Historicamente a Educação do campo tem sido marginalizada nos discursos políticos, na qual observa que a educação estava voltada exclusivamente para os centros urbanos, fugindo totalmente da realidade do sujeito do campo.

Educação do campo um conceito próprio do nosso tempo histórico e que somente pode ser compreendido, discutido no contexto de seu surgimento; a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos do campo.

A Educação do campo exige que seja pensada e trabalhada com base na tríade Campo – Políticas públicas – Educações. Muitas vezes esses termos não caminham juntos, mas que representa a novidade histórica que é a educação do Campo.

Uma concepção de uma educação a partir do campo e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceito e ideias até então arraigados na sociedade brasileira como tem sido o de educação rural. A concepção de educação do campo, em substituição de educação rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

A educação do campo se realiza no conjunto dos movimentos sociais, das lutas e organizações do povo do campo, na luta pela terra e por condições dignas de vida e de afirmação de sua identidade.

As diretrizes trazem as escolas do campo como um ensino interdisciplinar, onde existe vários procedimentos curriculares para as diversas modalidades de

ensino, infantil, fundamental e médio, jovens e adultos, educação especial, indígena, profissional, técnico e a formação de professores e modalidade normal.

Discute-se educação popular, educação libertadora e educação do campo, nas quais todas permitem avaliar as práticas pedagógicas que permeiam a educação desde muitos anos.

A educação voltada para uma educação libertadora não pode ser uma educação dominadora, abstraindo o sujeito do mundo.

A educação popular busca uma educação mais justa, que seja transformadora, onde o indivíduo torne-se emancipado, e que não seja uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho e sim que forme seres humanos, sujeito de sua própria história.

No processo de educação no Brasil a população não teve educação e quando tinha era de baixa qualidade, em condições precárias.

A Pedagogia da Alternância tem como proposta teórica metodológica diferente da educação convencional, permitindo ao educando ter uma visão explícita voltada para a sua realidade obtidos através dos conhecimentos teóricos absorvidos na sala de aula possibilitando situá-los na integralidade de sua vivência pessoal, social, ambiental e econômica. E são essas práticas que a escola Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Rodolfo Santa Cruz, vem mostrar.

A escola em termos pedagógico conta com um diferencial na qual a professora, que lá atua desempenha um importante papel na educação dos alunos levando-os a ter conhecimento para além da sala de aula, dos conteúdos programáticos, incluem na sua prática pedagógica aulas que levam os alunos conhecerem o ambiente em que vivem o meio que os rodeiam, aulas que começam a partir do conhecimento prévio do aluno, contando com o apoio da comunidade para que essas práticas aconteçam.

A escola tem que dialogar com o mundo social, para que a aprendizagem não fique apenas dentro de muros. A base da educação é a pesquisa, não apenas aulas onde o professor repasse o que está escrito e o aluno apenas copie. Educar através da pesquisa é um método formativo, emancipatório da educação.

2- A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLITICA

2.1. Educação do Campo e Movimentos Sociais

A educação é um direito para todos, é uma responsabilidade social, e que os governantes devem defender a escola básica, pública e gratuita, porque a escola é um espaço privilegiado para observar a capacidade do ser humano e para exercer sua cidadania.

Para essa luta de direito a educação para todos entre em vigor os movimentos populares e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública, e todas as esferas de ensino público tem como referência a constituição de 1988 e a LDB, que legalizou a educação no campo como um direito social.

A maioria das escolas rurais é precária nas suas instalações físicas no seu conhecimento sobre o meio rural, baixo desempenho dos alunos, e uma alta taxa de distorção de idade. Os professores ganham mal, além da sobrecarga de trabalho, sem falar em professores não habilitados nas escolas rurais.

Na zona rural as escolas são composta de turmas multisseriadas, os professores não tinha capacitação específica, não tem material didático de apoio, e isso faz com que os sujeitos do campo destrua sua auto-estima, negando o campo como um lugar de vida, produtivo de conhecimento.

E tudo isso não vem de agora tem toda uma trajetória desde 1500, no qual a educação sempre foi inacessível para a maioria da população, atendendo apenas a elite. Para eles na época do Brasil agrário, mulheres indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisava aprender a ler e a escrever, para eles trabalhar nas atividades agrícolas, não precisaria aprender ler e escrever. Como afirma LEITE (2002):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegado a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológico da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

O Brasil estava voltado para a exportação. Só a partir dos anos 30 do século XX é que começa a projetar um modelo de educação rural, que era patrocinado por Norte-Americano e pelos interesses da burguesia industrial. E para impulso a educação devido a miséria no campo e na cidade houve vários movimentos, dentre eles o dos pioneiros da educação, que buscava escola pública, gratuita e laica, especialmente uma escola específica para o meio rural, com isso eles achavam que solucionaria os problemas de quem viviam no campo.

Como afirma LEITE (1999, p. 28) em seu estudo sobre a educação rural.

A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Essas lutas renovadoras não duraram muito, a constituição de 1937 foi modificada, tirando do estado a responsabilidade com a educação, mas a LDB, de 1961 resgatou isso.

Foi construído prédios públicos na área rural conhecido como “escola típica rurais” através do ruralismo, e isso dado de redenção da escola do campo, seja por fixar as pessoas no campo, ou evitar que elas venham para a cidade e eles não perderiam mão-de-obra no campo.

Essa ideia de que o campo é inferior a cidade vem desde a expansão industrial, gerando confronto entre rural e urbano, as cidades torna-se produtora reorganizando o trabalho agrícola, com a implementação de novas tecnologias, a população urbana conquistavam alguns direitos sociais enquanto que o campo não tinha nada disso. É certa a fusão desses dois espaços, isso garantiria o desenvolvimento comunitário. As escolas deveriam preparar o educando os sujeitos do campo para se adaptar dentro da sua realidade, tendo em vista que o campo é vida é conhecimento, quanto a esta questão COMILO, 2008, p. 21

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...].

O Movimento da Educação do Campo traz a questão do abandono nas quais sofreram e sofrem as escolas rurais. Em busca de melhores condições de vida, principalmente uma educação diferenciada, que surgem dos movimentos sociais estes que reivindicam para políticas públicas que insiram uma educação pensada nos sujeitos do campo, e no campo, com objetivo de transformação dos sujeitos, proporcionando uma melhor qualidade de vida adaptando assim o camponês viver bem em ambiente. Conforme CALDART (2005, P. 151):

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que a exigem. A afirmação deste traço que vem desenhado nossa identidade é especialmente importante se levarmos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houver alguma sinalização de política educacional ou projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muitas poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-los a um tipo de educação domesticada e atrelada a modelos econômicos perversos.

Os movimentos sociais trazem muitas lutas reivindicando escolas públicas que é um direito social e que o Estado tem o dever de arcar com isso, de garantir escolas, e pessoas qualificadas, oferecer e capazes de atender as especificidades da Educação do Campo recursos adequado.

Quanto a esta questão de acesso a escola os movimentos da Educação do campo tem avançado, tais como a inserção desses sujeitos na educação, avanços no sentido que esses discursos ganharam espaço nas agendas políticas e nas universidades, também destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Saberes da Terra e o programa de apoio da Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

O PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi historicamente implantado em 1998, e pode ser visto como um impulso para a ampliação da oferta do ensino superior no campo. O PRONERA tem como objetivo promover ações educativas por meio de metodologias específicas a realidade sócio cultural e propiciar capacitação profissional ao egresso do curso de ciências agrárias e o público alvo: Adultos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar profissionais, e agressores das ciências agrárias.

2.2. Educação do campo e luta pela terra

Os movimentos sociais não se limitam apenas a luta pela terra, mas também buscam políticas públicas por uma educação do campo sendo vista como importante nessa luta. Diante a essa questão (VENDRAMINI, 2009, p. 32), afirma que:

O Movimento Social dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, junto com outras organizações sociais, engajou-se num movimento nacional por uma educação do campo, com grande mobilização e forte pressão social. Tal mobilização foi incapaz, inclusive, de pressionar o estado por políticas públicas para o campo. Além disso, mudou o foco teórico do debate, com a conceituação Educação do Campo em contraposição à Educação Rural, avançando na direção de uma educação em sintonia com as populações que vivem e trabalham no campo.

A escola passa a ser vista como tática para o procedimento da reforma agrária, atreladas as apreensões gerais do movimento com o desenvolvimento dos seus sujeitos, para que estes possam encarar desafios e prováveis problemas em suas culturas.

2.3. Educação do campo: um novo paradigma?

Historicamente a Educação do campo tem sido marginalizada nos discursos políticos, na qual observa que a educação estava voltada exclusivamente para os centros urbanos, fugindo totalmente da realidade do sujeito do campo, conforme Arroyo as políticas devem ser voltada e que:

Parta dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser homem, mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e se formar como humanos. (ARROYO et al, 2004, p.14-15).

Os movimentos sociais por uma Educação do Campo busca uma educação para sujeitos que historicamente foram esquecidos, luta contra o abandono na qual se encontra as escolas do campo, propõem uma educação que valorize os sujeitos, trazendo o conhecimento a partir da vivência desses sujeitos. Como afirma CALDART, 2002:

A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança, sujeito da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades de direitos sociais respeitados, e 15 sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas (Caldart, 2002, p. 152).

Todas estas questões já desapontam nas agendas políticas públicas, seja ela municipal estadual e federal e em pesquisas nas universidades, uma educação que surgiu a partir de movimentos sociais dos trabalhadores rurais, nos quais estes criticam o modelo de educação que excluiu por anos os sujeitos de sua história, nos quais estes sujeitos sempre foram visto como atrasados, esta era a concepção que se tinha do sujeito do meio rural, mas com a concepção de sujeitos do campo muda esta visão na qual esta segunda concepção trabalha com a questão de valorizar a identidade do individuo, como um ser importante.

Hoje já se trabalha com a questão de formar professores, preparados para atender a esse tipo de educação que trabalhe justamente com incentivo para valorizar os sujeitos, fortalecendo seu senso de pertencimento e de identidade do campo.

Desde 1997 se discutem a Educação do Campo no meio político, quando foi realizado o I ENERA, participando de programas vinculados ao PRONERA como, por exemplo, a Educação de jovens e Adultos. A discussão para a inserção da educação do Campo nas agendas políticas se fortaleceu a partir da I Conferência Nacional, explanando a força dos movimentos sociais.

A educação era um privilegio das camadas mais ricas da sociedade o que determina a não existência de políticas e, muito menos de vontade por parte dos governantes em oferecer o direito de cidadania da educação aos camponeses que estavam condenados, ao analfabetismo e a exploração.

As políticas públicas para uma educação do campo deve está voltada para atender as necessidades e as especificidade desses sujeitos na construção de identidade dos homens e mulheres do campo.

Sem apoio necessário por parte do estado as escolas rurais foram construídas tarde. Sendo que a educação é um direito social, tendo uma política voltada para reconhecer que a cidade não é melhor do que o campo.

A educação voltada para os sujeitos do campo sempre foram negligenciada por quem deveria defender e implantar uma educação e dar direitos igualitários que são os estados que se cedia uma educação de mau --qualidade, ainda mais quando se tratava das escolas do campo.

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos.

Os movimentos sociais clamam do estado que estes tomem iniciativas para ofertar uma educação pública que seja voltada para a formação de profissionais para atender as necessidades das escolas localizadas no campo.

A educação é um direito de toda esta afirmação que consta na constituição de 1988, artigo 205. A educação do campo surge dos anseios coletivos por diferentes movimentos sociais todos relacionados com o campo.

Mas a final o que seria ou o que deveria ser uma educação do campo?

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário destas populações (Fernandes, Cerioli, Caldart, 2004, p,53).

A política publica para a educação do campo deve ser uma política que assegure o acesso e a permanência, ofertando uma educação de qualidade, que respeite as diferenças regionais.

A luta para melhorar a educação no Brasil, vem de um longo processo de mobilização das organizações das sociedades Civis e sindicatos, vem desde a

década de 60, tirar o Brasil da exclusão da educação, dando ao povo brasileiro o direito de estudar.

Através das propostas pedagógicas, de Paulo Freire da década de 60 e que vem se fazendo reivindicações para uma educação no campo. O MSTTR vem lutando pela qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O PADRSS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário) construindo em parceria com o projeto CUT/CONTAG junto com MSTTR visa a construção de uma política educacional mais comprometida com a realidade do campo. Para mudar a realidade do campo é preciso pensar em alterar a situação educacional, evitando assim os índices de analfabetismo, de fechamento de escolas que não interagem com a comunidade, falta de incentivos para que os alunos continuem no campo e também a falta de informação, para que as leis não renequem sua cultura. É a grande luta do MSTTR e a implementação da educação pública, gratuita e acessível a todos, defende a capacitação de sujeitos em várias áreas dos saberes, dar condições de continuarem os estudos, interação com o social, processo pedagógico inovadores.

A escola do MST não parte do conteúdo. Parte da experiência vivida pelas crianças. Experiências de TRABALHO. Experiência de ORGANIZAÇÃO. Experiência de RELACIONAMENTO com os outros. As perguntas que surgem. As novas descobertas. Os problemas enfrentados. Estes são o ponto de partida para o nosso ENSINO DIFERENTE. E como fazer este ensino? (MST, 1999, p.17)

O MSTTR conta com o apoio de muitas instituições como CONSED (Conselho Nacional de Secretarias de Educação), UNIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), FETAGS e STTRs, MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), SECAD, FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO E PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

3.1. Educação do campo e ensino contextualizado

Educação do campo um conceito próprio do nosso tempo histórico e que somente pode ser compreendido, discutido no contexto de seu surgimento; a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos do campo.

A Educação do campo exige que seja pensada e trabalhada com base na tríade Campo – Políticas públicas – Educações. Muitas vezes esses termos não caminham juntos, mas que representa a novidade histórica que é a educação do Campo.

A educação do campo é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos. A Educação do campo é negatividade, no sentido de achar que esse tipo de escola, esse modelo não serve, por se ter a visão que os sujeitos do campo são atrasados, pessoas de segunda categoria e que vivem em situação de miséria. Mas a educação do Campo é positividade no sentido de tentar mudar a prática pedagógica. É superação, quando conseguir mudar a escola e também quando possível mudar a cabeça da sociedade.

Para a educação, a Educação do campo é mais que uma escola, pois ela precisa ser emancipatória para os seres humanos. Pois ela é uma Educação que está situada no campo e oferece educação para os alunos oriundos de campo, deve atender a necessidade do povo do campo, tais como filhos de agricultores, quilombolas, ribeirinhos, assentamentos, agricultores familiares.

Escola rural é um modelo de escola que implantada sem ter nenhuma estrutura física, como prédios deficientes, cadeiras usadas, falta de material didático de apoio.

O ponto de partida da Educação do campo é a cultura, o modo de viver dos sujeitos do campo. Só conhecemos a realidade pesquisando, levantando dados. Não podemos discutir a materialidade sem refletir, o que é o campo, qual a realidade do campo e sem discutir a política pública. Para discutir educação do campo, tem que conhecer o sujeito do campo. Não podemos dizer que os sujeitos do campo são ignorantes, burros que não sabem nada, temos que nos envolver com eles. A especificidade da educação do Campo é uma escola exatamente que trata do campo. Quando falamos de campo, estamos falando dos sujeitos do campo e sua

relação com a cidade. Jamais uma escola pode estar separada, isolada do mundo, tem que estar ligada a escola, a família, que o professor leve o aluno a comunidade para pesquisar no campo.

Negatividade foi dizer não a esse modelo de escola que queremos. Positividade, vamos fazer uma prática pedagógica diferente construir propostas e práticas pedagógicas diferentes, não basta mudar a escola, temos que mudar a realidade. Para a educação do campo discutir sobre a realidade procede agente discutir a pedagogia.

Uma concepção de uma educação a partir do campo e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceito e ideias até então arraigados na sociedade brasileira como tem sido o de educação rural. A concepção de educação do campo, em substituição de educação rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

Portanto Educação do Campo é uma educação bem definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo. Quando não se faz sem os sujeitos do campo ou para os sujeitos do campo, mas com os sujeitos do campo. Uma educação entende de campo, como lugar onde vivem sujeitos do campo, com sinal de vida de trabalho, de cultura, de relações sociais. Uma educação que expressa os interesses e necessidades de desenvolvimento dos sujeitos que vivem, trabalham e são do campo, e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano.

Uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: Includente, democrática e plural. A educação parte do conhecimento de que no campo existem uma pluralidade de sujeitos que podem conviver numa relação dialógica e fraterna. Uma educação que contribui para a construção de uma outra relação entre o campo e a cidade, enfrentando a hierarquia e a desigualdade atualmente existentes.

A educação do campo se realiza no conjunto dos movimentos sociais, das lutas e organizações do povo do campo, na luta pela terra e por condições dignas de vida e de afirmação de sua identidade.

É um projeto de classe trabalhadora do campo para todas as pessoas que estão no campo e não somente para aqueles que se encontram engajados nos movimentos sociais do campo.

A materialidade educativa de origem da educação do campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça inclusive na escola.

A especificidade da educação do campo não é uma realidade provisória que tende a desaparecer, os povos do campo não estão em extinção existe uma diversidade de povos do campo. Há então quem prefira tratar da educação do campo tirando o campo e seus sujeitos sociais concretos.

As diretrizes trazem as escolas do campo como um ensino interdisciplinar, onde existem vários procedimentos curriculares para as diversas modalidades de ensino, infantil, fundamental e médio, jovens e adultos, educação especial, indígena, profissional, técnico e a formação de professores e modalidade normal.

As diretrizes das escolas do campo educam os sujeitos para o desenvolvimento do país, e universalização da educação de qualidade, está voltada também para o desenvolvimento sustentável, contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos econômicos, ou seja, que tenha autonomia. Preza o regime de colaboração entre a união. Os estados e o Distrito Federal e os municípios.

3.2. Pedagogia Libertadora: quando o aprendiz é sujeito do conhecimento

Discute-se educação popular, educação libertadora e educação do campo, nas quais todas permitem a avaliar as práticas pedagógicas que permeiam a educação desde muitos anos.

A educação voltada para uma educação libertadora não pode ser uma educação dominadora, abstraindo o sujeito do mundo.

É importante sair dos muros da escola, não ficando os educandos apenas naquele processo de escutar e copiar, recebendo informações sem terem a chance de formar sua opinião crítica. Quanto a essa questão (NETO, 2003, p. 60) diz que:

Ao se tornarem reflexivos, os sujeitos ampliam a capacidade de se tornarem autônomos. Conscientizar a sociedade significa desenvolver ações de integração baseadas no respeito a valores fundamentais como os direitos humanos e, sobretudo, reconhecer que os indivíduos devam ser senhores do seu próprio destino.

Nesse processo os alunos são tratados como sujeitos e não como objeto, tendo a oportunidade de verem diversas situações novas, tudo isto inclusos juntamente com os conhecimentos prévios dos alunos e com as disciplinas básicas é de grande importância e abrir o horizonte desses alunos.

Cada educando tem suas limitações e cabe o professor estimular para que estes se expressem, exercitando o processo de oralidade e a escrita.

A interação escola, pais e comunidade, todo esse ambiente democrático, desperta uma consciência cidadã, onde o sujeito reflete vários gêneros, se tornando sujeito com consciência crítica, tendo a oportunidade de verem tanto a teoria como a prática, que é algo que não pode andar separado.

A educação popular busca uma educação mais justa, que seja transformadora, onde o indivíduo torne-se emancipados, e que não seja uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho e sim que forme seres humanos, sujeito de sua própria história.

A educação popular é o resultado de diálogos, conflitos de luta e da conscientização, para que haja uma educação que promova a integração social e assim ocorrer mudanças, para que o cidadão consiga sua autonomia intelectual, ampliando sua visão de mundo e conhecimento, construindo sua identidade, alcançando sua liberdade.

Paulo Freire um educador que comprometido com a liberdade do ser humano, que fica a mercê das classes dominantes que não se interessa por assuntos das classes dos trabalhadores, então fica a cargo do próprio trabalhador de lutar e se libertar e isso é possível através de uma educação diferenciada, uma educação em que o sujeito não seja apenas um recipiente para depositar informações, mas uma educação voltada para que o sujeito seja crítico.

3.3. Pedagogia da alternância: quando a aprendizagem necessita do saber comunitário

No processo de educação no Brasil a população não teve educação e quando tinha era de baixa qualidade, em condições precárias.

A Pedagogia da Alternância tem como proposta teórica metodológica diferente da educação convencional, permitindo ao educando ter uma visão explicita voltada para a sua realidade obtidos através dos conhecimentos teóricos absorvidos na sala de aula possibilitando situá-los na integralidade de sua vivência pessoal, social, ambiental e econômica.



Figura 1. Propriedade do agricultor na qual os alunos tem aula na prática

Propõem uma educação que não prenda os alunos apenas em sala de aula, devem-se aprender os ensinamentos da escola, mas também a aprendizagem do

cotidiano. Segundo GIMONET (1999, p.44), as principais características da Pedagogia da Alternância são:

Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio-profissional e em situação escolar. Significa uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teórica e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. Significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experiências, dando prioridade a experiência familiar, social e profissional. Conduz a partilha do poder educativo, valorizando o saber de cada um e os contextos de vida.

A Educação do Campo vem para resgatar uma história dividida dos sujeitos do campo, valorizando e contribuindo para a preservação das especificidades culturais, econômicas e religiosas do sujeito do campo, garantindo assim a efetivação do direito do indivíduo em escolarizar-se. Os saberes da escola do campo devem ser contextualizados a partir da realidade do campo.

Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

O professor deve identificar-se com o meio, pensar e fazer diferente, se sentir sujeito do processo pedagógico, definir os conceitos científicos e locais a serem trabalhados.

As Diretrizes Operacionais e Educação Básica do campo, conforme a resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 diz que suas propostas são:

Art. 13. Inciso II- propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2002, p. 41).

4. EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA RODOLFO SANTA CRUZ.

4.1. Histórico e perfil da escola Rodolfo Santa Cruz



Figura 2. Parte frontal da Escola Rodolfo Santa cruz.

A Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Rodolfo Santa Cruz, localiza-se na zona rural do município de Sumé PB, foi fundada em 1967. A escola é multisseriada funcionando com a educação Infantil e ensino fundamental I, no turno da manhã e a noite funciona o PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos). As crianças da escola Rodolfo santa cruz, são filhos dos associados da bacia do açude Sumé.

A escola em termos pedagógico conta com um diferencial na qual a professora, que lá atua desempenha um importante papel na educação dos alunos levando-os a ter conhecimento para além da sala de aula dos conteúdos programáticos incluem na sua prática pedagógica aulas que levamos os alunos a conhecerem o ambiente em que vivem o meio que os rodeiam, aulas que começam a partir do conhecimento prévio do aluno.

Antes a escola funcionava apenas com a professora, hoje a mesma conta com o apoio de outro professor que também considera o fazer pedagógico diferente essencial para o melhor aprendizado do aluno.



Figura 3. O Agricultor mostrando o minhocário.

A escola Rodolfo Santa cruz tem uma parceria com a associação de moradores da comunidade. A professora influi diretamente na comunidade com trabalho de preservação do meio ambiente, trabalho com os agricultores locais e outros elementos que são significativos para o desenvolvimento da comunidade da Pitombeira. A função de uma educadora não é apenas ensinar conteúdos, mas sim cuidar da formação humana possibilitando o sujeito a pensar criticamente, se ver como sujeito histórico, interagindo com o mundo.

As práticas educativas na escola Rodolfo Santa cruz é uma experiência que vem dando certo tendo em vista que algumas das escolas do campo fecharam como afirma Pinheiro (2011) que:

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descaso, especialmente pela ausência de política para as populações que lá residem.

Espaços físicos da Escola Rodolfo Santa Cruz	
Salas de aula	02
Cozinha	01
Sanitários	02

Quanto ao local de recreação os alunos utilizam o espaço que fica em frente da escola para as brincadeiras e lazer.



Figura 4. OS alunos brincando no intervalo das aulas.

Além da contextualização de vida do aluno, o aprendizado tem que ser significativo com a construção do processo onde o aluno vivência.

Em um dos momentos de observação das aulas a professora trabalhava o texto passaredo, letra da música de Chico Buarque, na qual a letra da música cita o nome de vários pássaros.



Figura 5. A professora ministrando a aula em sala.

Na escola alguns detalhes chamaram à atenção quanto à preocupação por parte da professora em expor nas paredes da sala de aula frases de incentivo, para os estudantes e para os visitantes, como estas expostas logo abaixo.

“Não há alegria maior do que dar um livro a quem precisar”. (Miguel Guilherme).

“Não se limite ao que você encontrar na sua mente”. (Miguel Guilherme).

“Para quem soube viver a mocidade, a velhice é uma benção”. (Miguel Guilherme).

Biografia de Miguel Guilherme

Miguel Guilherme dos Santos nasceu em Sumé em 1902 e faleceu em 1995 na mesma cidade. Filho de um fabricante de chapéus de couro Cearense e de uma tecelã Pernambucana. Miguel começou a pintar ainda adolescente, sua primeira obra foi chamada de uma Asa Branca Engaiolada. Entre os anos de 1928 e 1932, participou da construção da Igreja matriz de Sumé,,entre outras capelas, pintou quadros etc.

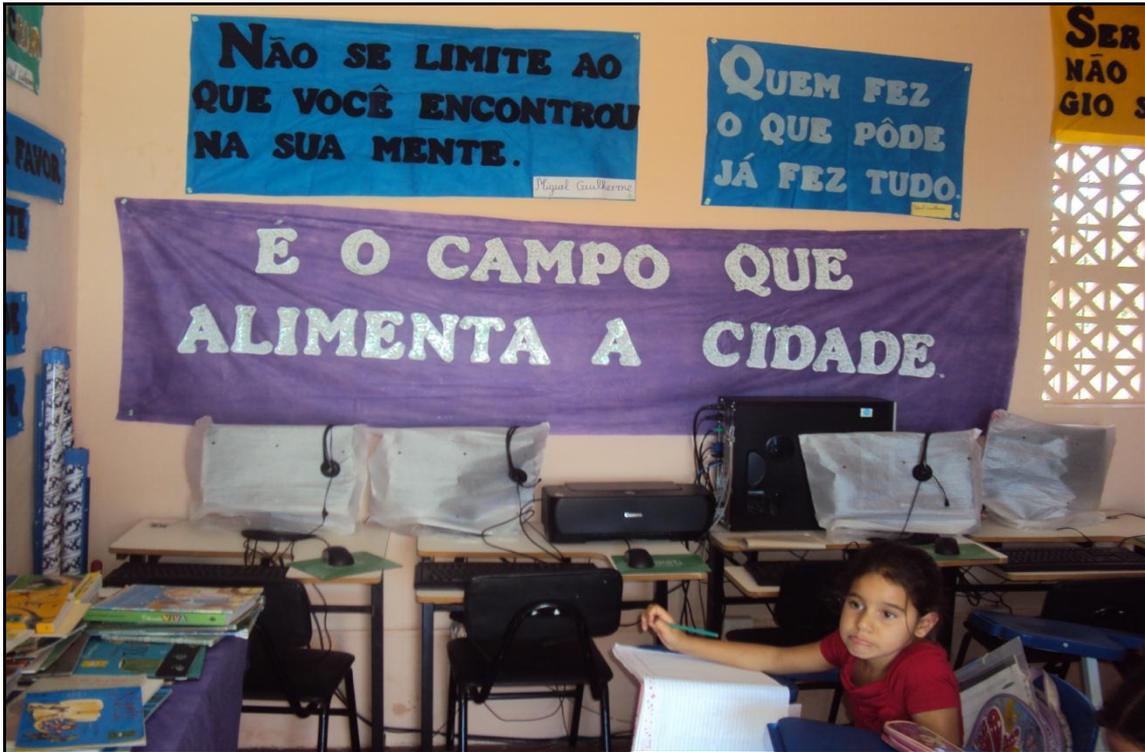


Figura 6. Frases que estão expostas na sala de aula

Em momento de visita a escola em uma aula de campo o professor juntamente com os alunos colhia sementes da árvore Jucá para replantar e também para confeccionar artesanato. O professor ainda relata que a madeira do jucá é utilizada para fazer canga de carro-de-boi. Em relação à aula de campo VIVEIRO, DINIZ, 2009 afirma que:

As aulas de campo estimulam a participação do aluno, sendo assim, melhora o aproveitamento, permite a exploração de conteúdos conceituais e complementa assuntos já discutidos ou incentiva estudos posteriores.

O agricultor que faz parte da agricultura familiar é quem sede sua propriedade para que as aulas de campo aconteçam, este mesmo proprietário lida com a produção da polpa da acerola esta que é congelada para depois vender, técnica esta que também é repassada para os alunos da escola, como aprendizagem e também como incentivo, a valorização por parte dos alunos das culturas da região.



Figura 7. Local que congela a polpa de acerola produzida pelo o agricultor.



Figura 8. A polpa da Acerola já pronta para comercializar.

Nas aulas de campo, os alunos conhecem e aprende a função por exemplo da minhoca vermelha da Califórnia, esta que fornece um adubo natural, tudo orgânico, que utilizado para fertilizar o solo, e nas plantações. Os alunos aprendem na prática também o manejo correto do solo, um manejo orgânico de produção sustentável. Nesta propriedade conta com miniestufa, na qual ficam as mudas de plantas, para depois serem replantadas, além da criação de animais, contendo um aviário e criação de caprinos.

Com a visita na escola a professora foi indagada, com questões em relação às práticas de educação do campo que ela realiza na escola. Então perguntei o que é educação do campo para ela? E ela respondeu:

“É uma educação voltada para atender as necessidades do sujeito do campo. No que se refere ao exercício da cidadania. Essa educação seja voltada e situada no campo e do campo para o campo, do campo para o mundo, para que estes não percam sua marca, seu ponto e seu conto”.

Quanto a esta questão (GADOTTI, 1994, p. 2), afirma que:

O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele torna-se sujeito da sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida.

Você realiza praticas pedagógicas com o modelo da educação do campo? Quais?

“Sim, o histórico de vida do aluno, o contexto e a prática familiar e da comunidade no/do campo onde ele se encontra inserido. A valorização da autoestima que todos vejam a importância do homem do campo”.

Então em um momento pedi para ela relatar as suas práticas e ela responde da seguinte maneira:

“O que se refere a recursos naturais, vamos para a aula de campo: plantas, vegetais caatinga, cultura agrícola, solo preservação do solo, irrigação do solo, o cuidado com o solo, a proteção do solo, armazenamento da água, assoreamento rio da comunidade, animais: criação de aves (aviário), as aves naturais da região; os tipos

de gado ovinos caprinos, suínos asininos equinos”, agricultura familiar, manejo orgânico, minhocário, biofertilizante natural enfim o meio natural como o todo.

Qual o ambiente utilizado para que essas práticas ocorram? Essa resposta já ficou um pouco claro no início do capítulo, conforme minhas observações, mas a professora confirma dizendo o seguinte, que utiliza;

“O meio natural, na própria comunidade que está inserida no campo. Existe a parceria com a associação local onde os associados são os pais ou responsáveis pelos estudantes desta comunidade”.

Quais os materiais didáticos mais utilizados para a aula em sala e a aula de campo?

“Os materiais utilizados para as aulas em sala são textos relacionados aos conteúdos, músicas, uso da internet, a convivência dos agricultores dando seus depoimentos em sala de aula. No campo o aluno vivencia as experiências praticadas pela família agrícola, e os recursos naturais como também recebem todas as orientações necessárias do homem do campo”.

4.2. Práticas pedagógicas e processo de ensino

De início as escolas eram para os filhos e filhas da elite, no qual não tinha interesse de colocar escolas para o restante da população, porque eles não queriam formar seres pensantes.

“pois a escola de uma sociedade em que a educação não é privilégio, mas direito universal e acesso a ela, é dever obrigatório” frei Beto.

A educação é um direito que todos nós, temos que obter independente de ter condições financeiras ou não. Algum tempo atrás só estudava quem podia, hoje não, até os mais carentes já tem a oportunidade de estudar, ter um futuro e uma melhor qualidade de vida e isso é muito bom para o futuro da nação.

Educar pela pesquisa deve ter a convicção que isso, é específico da educação escolar e que a partir do questionamento surge a necessidade de pesquisa e que tem que ser uma atitude não apenas do professor, mais também do aluno.

A escola tem que dialogar com o mundo social, para que a aprendizagem não fique apenas dentro de muros. A base da educação é a pesquisa, não apenas aulas

onde o professor repasse o que está escrito e o aluno apenas copie. Educar através da pesquisa é um método formativo, emancipatória da educação.

Através da pesquisa as pessoas raciocinam, reflete e olha a realidade onde vivem, onde colocando teoria e prática juntas, formando assim um permanente processo reconstrutivo.

A educação deve trabalhar contra o ser humano objeto, ou seja, sujeito que só recebe informações de só ler o que está estabelecido esse é o sentido mais forte da educação que é exatamente a passagem de objeto para o sujeito.

O professor não pode ficar limitado na forma de ensinar, a pesquisa amplia a visão para que com a vivência eles tragam para a experiência uma nova forma de produzir conhecimentos e que possa repassar para os educandos, os fazendo assim o aluno se sentir sujeito e não objeto, e assim o educando construa sua identidade, como? Pensando por conta própria e assim conseguindo sua emancipação.

Souza (2006, p. 13) escreve que os professores das Escolas do campo buscam sentido para suas práticas: [...] a prática educativa no movimento social apresenta as angústias do educador, tanto no processo de formação quanto no cotidiano da escola. A busca de sentidos para o que se estuda e para o que se pretende ensinar parecer ser uma constante na vida do educador.

4.3. Desafios à contextualização no espaço estudado

O Brasil ao longo de sua história sempre passou pelo processo de exclusão social, político, econômico e cultural, quando se debate sobre a educação do campo fica claro o quanto a educação é tratada como um descaso pela elite brasileira. Mas esse quadro vem mudando e a educação do campo vem conquistando seu espaço no meio político, nas instâncias municipais, estaduais e federais. A educação do campo nasceu de muitas lutas, dos movimentos sociais fortalecendo a classe de trabalhadores rurais, mudando a percepção das pessoas de que o campo é um lugar atrasado. E todas essas lutas serviram de base como afirma MUNARIN, 2008, p. 59

A experiência acumulada pelo Movimento Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de educação do campo.

A educação do campo também chamada de Educação Rural, pois tem significados que se identificam com os espaços da floresta, da pecuária, da agricultura, do extrativismo, dos ribeirinhos e outros, permitindo a dinamização das relações dos seres humanos com as condições da existência social e com suas realizações, e tem como finalidade garantir a universalização do acesso e permanência com qualidade, da população do campo à educação Básica e à educação profissional, consolidando a cidadania.

A escola precisa contribuir para a construção da sociedade sustentável, e para isso é necessário: respeitar os saberes técnicos, humanos e ambientais; fortalecer novos valores e nova sensibilidade para consigo mesmo e com o outro; considerar as diferenças dos grupos e ainda os saberes dos diferentes sujeitos. Sobre as características que norteiam a educação do campo Souza (2006^a, p. 79) afirma:

A proposta da educação do campo assenta-se na valorização do tempo da aprendizagem (escolares, luta social, familiares); dos espaços da sala de aula, do assentamento e acampamentos e da produção agrícola, além do espaço das relações sociais (estabelecidos entre os próprios sem terra, entre os alunos e professores, entre grupos coletivos, grupos de jovens, produção, etc.) e, centralmente, das relações sociais desenvolvidas nos diferentes tempos e espaços.

Em 2001, o MSTTR e outras entidades parceiras iniciaram um processo de sistematização de uma proposta de política que são constituídas por princípios e diretrizes da educação do campo. Estas experiências já estão sendo desenvolvidas e buscando sua implementação enquanto política de educação. Tais experiências contribuíram na elaboração das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, resolução 01 de abril de 2002, do Conselho Nacional de

Educação. Onde o Parágrafo único do art 2º das Diretrizes operacionais nas Escolas do Campo: 39

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerente à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero os resultados dessa pesquisa positiva, no sentido que a Educação do Campo, como tema bastante discutido e que ganha espaço a cada dia e que veio de muitas lutas sociais, lutas essa que vem dando resultado é tanto que algumas práticas pedagógicas diferentes relacionadas ao campo e aos que nele vivem vêm sendo aderida por algumas escolas, há exemplo da Escola Rodolfo Santa Cruz, localizada no sítio Pitombeira do município de Sumé.

A escola Rodolfo Santa Cruz, tem uma prática pedagógica diferenciada, no qual o aluno aprende em sala e fora da sala de aula, conteúdos contextualizados que os leva a tornarem-se sujeitos críticos e mais seres que valorizarão sempre suas culturas, tornando sujeitos de sua própria história com uma educação libertadora.

A educação libertadora, como educação voltada para a inclusão do sujeito no mundo, no qual há caminhos para diversos conhecimentos diferenciados, possibilitando o aluno a contextualizar os saberes do livro didático com o saberes do cotidiano.

6- REFERÊNCIAS

ARROYO, MG. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília: MEC, 2004

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas Petrópolis: Vozes, 2004.**

BRASIL, Ministério da educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica(CEB), 2002.

CALDART, Roseli Salete. Por **Uma Educação do Campo**: Identidade, e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2002.

CALDART, Roseli S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: **Identidade e políticas públicas – Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo” 2002.

COMILO, Maria Edj da Silva. A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação do Campo e formação continuada de professores. Porto Alegre; Campo Mourão; EST Edições; FECILCAM, 2008.**

Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FERNANDES, Bernardo Maçano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. “Primeira Conferência Nacional ‘ Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004

GIMONET, Jean- Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In:

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática e qualidade de ensino. 1º Fórum nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino público. Minascentro Belo Horizonte, 1994.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MELO NETO, José Francisco de, in BRENNAND, Edna Gusmão de Góes (ORG.). **O labirinto da educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – **O que queremos com a escola de assentamentos**. Cadernos de Formação nº 18, 3. São Paulo, 1999.

MUNARIM, A. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. In: MEURER, A. C. (Org.) Dossiê: Educação no Campo. Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, 2008. Vol. 33, nº1.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**, 2011.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., 1999, Salvador. **Anais**. Salvador: União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas do Brasil, 1999.

SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo; propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006a.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. Atividade de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. *Ciência em Tela*. v.2, n. 1, 2009.

_____ A Prática educativa e a pesquisa no movimento social. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 7-18, jan-jun. 2006b.